

As competências essenciais do Brasil

com.

José Augusto Marques *

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) encerra um desafio monumental às exportações. Afinal, o objetivo é sair de um déficit crônico na balança comercial para um consistente superávit em 1999. A análise do documento Saldo da Balança Comercial e do Setor Agrícola Brasileiro, recentemente divulgada, revela que as importações brasileiras cresceram a uma taxa anual média de 14,6% nesta década, mais que o dobro do aumento das exportações, de 6,8% ao ano. Em apenas cinco anos as importações triplicaram, aumentando de US\$ 20,5 bilhões em 1992 para US\$ 61,5 bilhões em 1997, enquanto as exportações saíram de US\$ 36,6 bilhões para US\$ 53 bilhões no mesmo período. As im-

portações cresceram 200% e as exportações, 45%. O período do Real, portanto, foi fantástico para a estabilidade da moeda, mas um fiasco para as exportações. No período de 1981 até 1994, por exemplo, fica-

O período do Real foi fantástico para a estabilidade da moeda, mas um fiasco para as exportações

mos no azul: o saldo da balança foi de US\$ 12 bilhões ao ano, em média.

O ajuste fiscal veio somente piorar as coisas para os exportadores. De acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os produtos fabricados no País vão encarecer em média 3,95%, por conta da elevação da CPMF e Cofins. A AEB fez os cálculos considerando uma CPMF média de 2% (já que o custo efetivo depende do setor) e produtos com duas etapas de fabricação, que teriam seu custo elevado em 1,95% por causa da Cofins.

A associação assegurou que os prejuízos sobre o comércio externo não se dariam só no que se refere às

exportações. As importações de componentes também tendem a aumentar por causa da elevação dessas contribuições. Segundo a AEB, uma in-

dústria com produção em três etapas que compre 60% dos seus componentes no mercado interno terá um aumento de custos de 4%. Já se for se abastecer com componentes importados, economizará 2% em

tributos.

Os problemas não são somente internos. O embaixador Jório Dauster, em recente entrevista, afirmou que todos os países em desenvolvimento que aplicaram as regras do Consenso de Washington, ou seja, praticaram a abertura econômica, entraram em déficit comercial crescente. Isso se refere a os emergentes da América Latina — Brasil, México, Argentina e

Chile, mais os tigres asiáticos, até entrarem em crise. Todos têm déficit comercial crescente desde o início dos anos 90. Só China e Taiwan não têm, justamente porque não aplicaram as regras. Já nos países ricos, onde a globalização foi aplicada de forma seletiva, a história foi outra. Eles tiveram vantagens com a abertura comercial porque passaram a vender muito mais, mas não abriram os seus mercados. Exemplo: cana-de-açúcar, um produto colonial, tecnologicamente ridículo, que depende de sol e chão. Europa e Estados Unidos subsidiam seu açúcar, impõem cotas de importação, regras que não têm nada a ver com livre

mercado. O valor real das barreiras, segundo Dauster, que eles impõem é de mais de 100%. "Se o Brasil tivesse alguma tarifa de importação industrial de 100%, seria uma barbaridade, um escândalo. Portanto, o planeta deles (dos países desenvolvidos) é muito diferente do nosso", concluiu o embaixador.

O Japão retrata bem essa situação. O superávit da balança comercial japonesa registrou em outubro, pelo 19º mês consecutivo, um crescimento de 23,9% em relação ao mesmo período do ano passado, expansão que deve continuar nos próximos meses, segundo técnicos do Ministério das Finanças. Dados oficiais indicam que as vendas externas de mercadorias produzidas no Japão chegaram a US\$ 11,33 bilhões, no mês passado, cifra pouco superior à prevista pelos economistas do setor privado: US\$ 10 bilhões.

Não é à toa que o governo garantiu os recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), tirando-os dos cortes no Orçamento Geral da União, anun-

cidos pelo governo para 1999 em decorrência do ajuste fiscal. Foram mantidos os mesmos valores que constavam da proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional em agosto passado, ou seja, R\$ 1.798 bilhão. Desse total, R\$ 803.407 milhões são para financiamentos diretos com verba do Tesouro Nacional e R\$ 994.649 milhões para os empréstimos destinados à equalização das taxas de juros referentes a empréstimos tomados no exterior.

No entanto, o importante não é somente mais recursos, e sim a melhor forma de aplicá-los. Chegou o momento de o Brasil praticar o "pré-marketing para exportação", um

concepto que transformou o desempenho das balanças comerciais espanhola, japonesa e alemã em poucos anos. A coordenação de esforços empresariais é fundamental para o salto planejado pelo governo, ainda mais em condições adversas, como as que se esperam para 1999. O esforço de divulgação no exterior do potencial do setor produtivo nacional deve ser

com certeza a primeira etapa na estratégia de se equilibrar a balança comercial.

O setor de infra-estrutura tem um papel fundamental nesse processo, sobretudo no aumento da pauta de itens de vendas a terceiros mercados, o nó górdio da atual situação. O Brasil é um dos poucos países do mundo que desenvolveu tecnologias únicas na construção e operação de grandes empreendimentos nas áreas de energia elétrica, petróleo, transportes e saneamento. A engenharia e a indústria que estão por trás dessas conquistas possuem um grande mercado potencial em todos os continentes, especialmente na própria América do Sul, na Ásia e na Europa do Leste. Cabe

somente anunciar, de maneira consistente e sólida, através de feiras internacionais, catálogos, CD-ROM e toda a sorte de instrumentos de divulgação concernentes, as competências essenciais da produção e serviços brasileiros. ■

Os países em desenvolvimento que seguiram o Consenso de Washington tiveram déficits comerciais crescentes

* Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abidb).

